PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

CONTRATANTE (UASG) 102127 – MP/USP

OBJETO
AQUISIÇÃO DE EPIS (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) E VESTUÁRIO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 27.334,50

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **02/12/2026**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
08h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por itens/por grupo

MODO DE DISPUTA:
aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Link:
https://museudoipiranga.org.br/transparencia/

https://portalservicos.usp.br/contratacoes/

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 8
6. DA FASE DE JULGAMENTO 16
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO 18
8. DOS RECURSOS 20
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 21
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 24
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 24

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

MUSEU PAULISTA DA USP

Processo SEI nº 154.00016978/2026-03

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio **do Museu Paulista da USP**, realizará licitação, , na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **fornecimento de EPIS(Equipamento De Proteção Individual) E Vestuário** de conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **GRUPOS/LOTES**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotes forem de seu interesse. Os licitantes deverão oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo/lote disputado.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para **os itens 01 a 41** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante.

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Será permitida a participação de:

2.8.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

2.8.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.8.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.

2.9. O impedimento de que trata o subitem **2.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.7.2** e **2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.

2.13. A vedação de que trata o item **2.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.12.1** deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **Valor unitário unitário e total** do item.

4.1.2. Marca/Modelo

4.1.3. Fabricante, quando aplicável.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior**.**

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de:**

GRUPO 01		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR DE REDUÇÃO**
01	Botinas de segurança: cor preta - Cabedal confeccionado em couro nobuck, 18/20mm de espessura, com lingueta e colarinho microperfurado em dupla frontura - ilhoses em Metal - Fechamento em amarra, acompanha cadarço em poliéster com ponta resinada. Forração da gáspea em não tecido transpirável com lingueta e colarinho acolchoado, contraforte em material resinado termoativado, e forro suador em não tecido respirável. Palmilha de montagem sintética, não tecido, costurada pelo sistema strobel e sobrepalmilha de conforto em EVA, removível. Solado com estabilizador, sistema antipronação, canais de escoamento mais espaçados, ranhuras de aderência na região frontal e traseira e, constituído de duas camadas de poliuretano (PU), bidensidade, injetado diretamente ao cabedal. Biqueira em polipropileno, com reforço frontal e formato anatômico - Tamanho 40	R$ 1,60
02	Botina de segurança na cor preta com cadarço, solado PU bidensidade, sistema antiderrapante e antitorção, colarinho acolchoado, biqueira de plástico e forro interno. Tamanho 39/40.	R$ 1,60
03	Botina de segurança na cor preta com velcro, solado PU bidensidade, sistema antiderrapante e antitorção, colarinho acolchoado, biqueira de plástico e forro interno. Tamanho 42/43	R$ 1,60

GRUPO 02		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR DE REDUÇÃO**
04	Calça brim pesado na cor preta feita de 100% algodão com proteção UV, elástico na cintura e cordão para regulagem, costura reforçada e no mínimo 1 bolso frontal em cada lateral - Tamanho G.	R$ 0,70
05	Calças de uniforme: cor cinza; confeccionada em brim 100% algodão; gramatura do tecido acima de 300g/m²; costura pespontada com linha reforçada. Tamanho GG ou 48	R$ 0,70
06	Calças de uniforme: cor cinza; confeccionada em brim 100% algodão; gramatura do tecido acima de 300g/m²; costura pespontada com linha reforçada. Tamanho EG ou 52.	R$ 0,70
07	Calça sarja na cor bege, lisa (sem desenhos ou símbolos), feita de 100% algodão e com no mínimo 1 bolso frontal em cada lateral. Tamanho 44.	R$ 0,90
08	Camisetas brancas de uniforme: camiseta masculina básica; 100% em algodão; não transparente; gramatura do tecido entre 160 - 180 g/m²; costura dupla reforçada nas mangas, gola e barra. Tamanho GG	R$ 0,40
09	Camisetas brancas de uniforme: camiseta masculina básica; 100% em algodão; não transparente; gramatura do tecido entre 160 - 180 g/m²; costura dupla reforçada nas mangas, gola e barra. Tamanho EX1 ou G1	R$ 0,40
10	Camiseta de manga curta na cor preta, lisa (sem desenhos ou símbolos), feita de 100% algodão premium. 5 unidades tamanho G1 e 10 unidades tamanho G	R$ 0,80
11	Agasalho sarja na cor preta, liso (sem desenhos ou símbolos), feito de 100% algodão, sem capuz, com fechamento frontal por botões ou zíper, forro interno e no mínimo 1 bolso frontal em cada lateral. Tamanho G	R$ 2,10

GRUPO 03		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR DE REDUÇÃO**
12	Camisa eletricista manga longa com abertura frontal, fechamento com botões anti-chama e pala protetora, gola calorim esporte com pé de gola, punho com carcela e botão, com ou sem faixa refletiva de 5cm, com bolso frontal, identificação do EPI, RISCO E ATPV bordados. Proteção de risco 2, possui proteção contra fogo repentino e arco elétrico. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - tamanho G1	R$ 2,80

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 03		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR DE REDUÇÃO**
13	Camisa eletricista manga longa com abertura frontal, fechamento com botões anti-chama e pala protetora, gola calorim esporte com pé de gola, punho com carcela e botão, com ou sem faixa refletiva de 5cm, com bolso frontal, identificação do EPI, RISCO E ATPV bordados. Proteção de risco 2, possui proteção contra fogo repentino e arco elétrico. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - - tamanho G	R$ 2,80
14	Camisa eletricista manga longa com abertura frontal, fechamento com botões anti-chama e pala protetora, gola calorim esporte com pé de gola, punho com carcela e botão, com ou sem faixa refletiva de 5cm, com bolso frontal, identificação do EPI, RISCO E ATPV bordados. Proteção de risco 2, possui proteção contra fogo repentino e arco elétrico. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - - Tamanho M	R$ 2,80
15	Calça de Segurança Risco 2 Eletricista FR NR 10, confeccionada em tecido composição de 100% Algodão FR (Retardante a Chamas), com gramatura de 290 g/m², ATPV 10 cal/cm²,com faixas refletivas retardante a chamas; costura reforçada com linha retardante a chamas 100% aramida. Proteção das pernas do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino. tamanho M	R$ 3,50
16	Calça de Segurança Risco 2 Eletricista FR NR 10, confeccionada em tecido composição de 100% Algodão FR (Retardante a Chamas), com gramatura de 290 g/m², ATPV 10 cal/cm²,com faixas refletivas retardante a chamas - costura reforçada com linha retardante a chamas 100% aramida. Proteção das pernas do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco eletrico e fogo repentino - tamanho G	R$ 3,50

GRUPO 04		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR DE REDUÇÃO**
17	Capacetes de proteção com jugular e suspensão com catraca; injetado em polietileno de alta densidade; encaixes laterais para acoplamento de protetor facial e/ou abafador de ruído e sistema de regulagem através de catraca; possuir tira absorvente de suor e jugular; atende a norma ABNT NBR 8221:2019; classe E.	R$ 0,60
18	Capacete Tipo I - Concebido para reduzir a força de impacto resultante de um golpe no topo da cabeça; Classe E (elétrico) - Alta tensão, ensaiado a 20 000 V; Regulagem por catraca, com a formatação em carneira e coroa separáveis; Proteção da cabeça do usuário contra impactos de objetos sobre o crânio e contra choques elétricos.	R$ 0,60
19	Capacete Alpinista Classe B, com fita jugular de 3 pontos, sistema de ajuste total por catraca, para uso em trabalhos em altura, resgate, arboricultura e escalada, com Certificado de Aprovação – CA válido.	R$ 2,30
20	Cinturão de Segurança tipo Praquedista/abdominal, confeccionado em fita de poliéster multifilamentos de 45 mm e fita secundária de poliéster de 25mm. Possui quatro pontos de conexão, sendo um ponto peitoral por meio de duas alças para engate simultâneo de ancoragem em poliéster, uma meia argola dorsal em aço e duas meias argolas laterais de aço como pontos de conexão para posicionamento na cintura. Possui cinco fivelas duplas em aço, sendo duas para regulagem peitoral, duas para regulagem das coxas e uma para regulagem na cintura. Com almofada na cintura, altura de 110mm e 750mm de comprimento. O cinturão de segurança deve ser utilizado com os seguintes talabartes e trava-quedas -Proteção do usuário contra riscos de quedas nos trabalhos em altura.	R$ 2,00
21	Cinturão de Segurança Tipo Paraquedista/Abdominal + Talabarte “Y” Cinturão de segurança tipo paraquedista/abdominal confeccionado em fita de poliéster, contendo: duas argolas tipo “D” para conexões contra quedas, sendo uma dorsal e uma peitoral - Duas argolas em “D” na região da cintura para posicionamento e descanso do talabarte; uma argola em “D” umbilical para trabalho suspenso e resgate - acolchoamento lombar e nas pernas - fivelas duplas para ajuste - porta-ferramentas laterais; laços nos ombros para espaço confinado - fita primária de 45 mm; argolas e fivelas em aço; acolchoamento em espuma E.V.A.; CA válido - **Talabarte:** Talabarte “Y” confeccionado em fita plana de poliéster de 45 mm, contendo: dois conectores classe A com abertura de 55 mm; um conector classe T com abertura de 17 mm; absorvedor de energia.	R$7,40
22	Cinturão de segurança: cinturão do tipo paraquedista; confeccionado em fitas de poliéster de alta resistência com 45 mm de largura; dispõe de 3 pontos de conexão (1 ponto dorsal em argola D, estampada em aço carbono; 2 pontos frontais, para uso com trava-quedas ou talabarte de retenção; e 2 pontos laterais na cintura, destinados ao uso em posicionamento); acolchoado lombar para maior conforto; porta ferramentas; possuir 5 pontos de ajuste (dois nos ombros, um na cintura e dois nas pernas).	R$ 3,80

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 04		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR DE REDUÇÃO**
23	Talabarte de segurança duplo em Y com absorvedor de energia, confeccionado em fita de poliéster tubular de 25 mm com elástico, possui 1 conector classe T em aço com abertura de 20 mm e 2 conectores em aço com abertura de 55 mm. Comprimento de 1, 40 m. Capacidade de carga até o limite de 120 kg Retenção de quedas com absorção de impacto Movimentação e deslocamento do trabalhador em atividades de trabalho em altura.	R$1,80

GRUPO 05		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR DE REDUÇÃO**
24	Luvas anti-corte: resistência mecânica EN388 – desempenho 3542D; nível 5; estrutura em tecido tricotado; composto por fios sintéticos de alta performance; com grip liso – Tamanho M	R$ 0,30
25	Luva anticorte Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil, com fios de HPPE, fibra de vidro e elastano, - evestimento em poliuretano na palma, dedos e dorso dos dedos; punho tricotado em elástico, acabamento em overloque. Com variações de punho em 0 –Tamanho G	R$ 0,30
26	Luvas longas de látex: luva confeccionada em látex natural; cor látex natural; tamanho G (nº 9) de 39cm de cumprimento; punho com virola: não permite a entrada de líquidos no interior da luva, palma e dedos antiderrapantes. Tamanho G	R$ 0,15
27	Luva de látex / segurança confeccionada em borracha natural sem revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Luva tipo a para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato), contra agentes químicos álcoois primários, enxofres contendo compostos orgânicos, aminas, hidrocarbonetos saturados, bases inorgânicas, ácidos minerais inorgânicos, ácidos minerais inorgânicos, oxidantes, ácidos orgânicos, bases orgânicas, peróxidos e aldeídos, contra umidade proveniente de operações com o uso de água e contra agentes biológicos. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes - Tamanho G.	R$ 0,15
28	Luvas longas de raspa de couro: luva de segurança com punho de 30cm; confeccionada em raspa de couro; possui reforço externo em raspa entre o polegar e o indicador; e reforço interno em raspa, na palma e dedos. Tamanho G.	R$ 0,30
29	Luva de raspa com reforço punho 7cm Luva de segurança confeccionada em raspa, reforço interno na palma, tira de reforço embutida entre o polegar e indicador, elástico para ajuste no dorso. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes térmicos (calor de contato) - Tamanho G.	R$ 0,15
30	Luva de segurança tátil confeccionada em fibras sintéticas (poliéster), 13 gauge, revestimento em poliuretano (PU) na palma e dedos. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.	R$ 0,10
31	Luva de segurança, confeccionada em vaqueta, reforço interno na palma, tira e reforço embutida entre o polegar e indicador, elástico para ajuste no dorso. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes- Tamanho G	R$ 0,25
32	Luva de segurança tricotada em fibras naturais e fibras sintéticas, 7 gauge, pigmentos em PVC na palma, punho com fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. – Tamanho G	R$ 0,07

GRUPO 06		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR DE REDUÇÃO**
33	Macacão de segurança para saneamento, tamanho M - confeccionado em tecido sintético (trevira), plastificado com PVC em ambas as faces, costuras por meio de solda eletrônica, com capuz, botas e luvas integrados, fechamento frontal através de zíper e botões de pressão, acoplado com luva de PVC e botas de PVC forradas. Proteção do tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química	R$ 2,50
34	Macacão de segurança para saneamento tamanho G - confeccionado em tecido sintético (trevira), plastificado com PVC em ambas as faces, costuras por meio de solda eletrônica, com capuz, botas e luvas integrados, fechamento frontal através de zíper e botões de pressão, acoplado com luva de PVC e botas de PVC forradas. Proteção do tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química.	R$ 2,50

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 07		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR DE REDUÇÃO**
35	Máscara de proteção respiratória com válvula - Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante para partículas, Classe PFF-2 (S), formato tipo concha com solda térmica. Confeccionado em três camadas, sendo a 1ª Camada superior (não tecido em fibra sintética de polipropileno); 2ª Camada do meio (manta estruturante de fibra sintética); 3ª Filtro (não tecido de fibra sintética com tratamento eletrostático). Clipe nasal (fios plásticos com estrutura metálica). Elástico (poliéster e elastodieno). Válvula de exalação em polietileno com membrana de borracha. Proteção das vias respiratórias do usuário contra poeiras, névoas e fumos(pff2).	R$ 0,05
36	Máscaras PFF2 (equivalente N95/FFP2), classe de proteção com eficiência mínima de 94 % na filtragem de partículas sólidas e líquidas à base água, a partir de 0,3 µm - Sem válvula de exalação, adequado para situações em que se requer retenção de partículas exaladas pelo usuário, como ambientes hospitalares, laboratórios ou áreas de produção de alimentos e medicamentos - Composta por três camadas de material filtrante, incluindo filtro eletrostático em TNT (tecido não tecido), proporcionando barreira efetiva a partículas em suspensão - Formato dobrável em concha, facilitando transporte e armazenamento sem perda da integridade estrutural - Clipe nasal interno ajustável e espuma acolchoada na região do nariz para melhor vedação facial e conforto durante o uso prolongado - Elásticos laterais fixados diretamente ao respirador, garantindo a justabilidade e firmeza no uso.	R$ 0,06

GRUPO 08		
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR DE REDUÇÃO**
37	Protetor auricular tipo plug para proteção auditiva. Certificação: Certificado de Aprovação (CA) nº 28534, emitido pelo órgão competente, conforme legislação vigente de segurança e saúde no trabalho. Silicone de grau farmacêutico, hipoalergênico, macio, flexível e confortável para uso prolongado. Nível de atenuação sonora: Aproximadamente 18 dB (valores de redução de ruído adequados para exposições moderadas conforme norma aplicável) - Formato cônico com múltiplos flanges que proporcionam vedação eficaz e conforto anatômico - Pode possuir cordão que liga os plugs, facilitando manuseio e evitando perdas - Produto reutilizável com fácil higienização, resultando em maior durabilidade e relação custo-benefício adequada - Tamanho Único, com adaptação a diferentes usuários.	R$ 0,05
38	Abafador de ruídos tipo concha - Protetor auditivo de segurança tipo concha, constituído por duas conchas em plástico, revestidas com almofadas de espuma em suas laterais (que entram em contato com a cabeça do usuário) e no interior das conchas. Possui também uma haste de fixação móvel, para manter as conchas firmemente presas ao capacete de segurança. Proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15	R$ 0,25

39	Óculos de proteção/ segurança com lente incolorconstituídos de arco confeccionado em poliacetal preto com um pino central e uma fenda em cada extremidade utilizados para encaixe de visor de policarbonato com apoio nasal e proteção lateral injetada na mesma peça com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco, que possui bordas superior e meia-proteção na parte frontal e nas bordas, hastes confeccionadas do mesmo material do arco. Proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes, contra raios ultravioleta (u6), e, no caso da lente cinza, contra luz intensa (l3).	R$ 0,20

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

5.21.2.2. empresas brasileiras.

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **6.10.** do edital.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br).

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx); e

6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **6.1.4.** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5.1** e **3.6** deste edital.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis.

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **30 %** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.10.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.10.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS,** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.12.1.**

7.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **https://portal.sei.sp.gpv/sei/institucional/usuario_externo ou mediante solicitação formal via e-mail: licitacoesmp@usp.br**

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www.leginf.usp.br, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:

9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea "b" – Resolução USP nº 8548/2023.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4**, **9.1.5**, **9.1.6**, **9.1.7** e **9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3,** caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: *email*: ***licitacoesmp@usp.br***

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **https://museudoipiranga.org.br/transparencia/**

https://portalservicos.usp.br/contratacoes/

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.12.2. ANEXO II – Proposta Comercial

11.12.3. ANEXO III – Orientações sobre a retenção de imposto de renda

São Paulo, 11 de novembro de 2026

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins

Diretor do Museu Paulista da USP

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - FORNECIMENTO - PREGÃO

MUSEU PAULISTA DA USP

Processo SEI nº 154.00016978/2026-03

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **EPIS (Equipamento De Proteção Individual) E Vestuário,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01	Botinas de segurança: cor preta - Cabedal confeccionado em couro nobuck, 18/20mm de espessura, com lingueta e colarinho microperfurado em dupla frontura - ilhoses em Metal - Fechamento em amarra, acompanha cadarço em poliéster com ponta resinada. Forração da gáspea em não tecido transpirável com lingueta e colarinho acolchoado, contraforte em material resinado termoativado, e forro suador em não tecido respirável. Palmilha de montagem sintética, não tecido, costurada pelo sistema strobel e sobrepalmilha de conforto em EVA, removível. Solado com estabilizador, sistema antipronação, canais de escoamento mais espaçados, ranhuras de aderência na região frontal e traseira e, constituído de duas camadas de poliuretano (PU), bidensidade, injetado diretamente ao cabedal. Biqueira em polipropileno, com reforço frontal e formato anatômico - Tamanho 40	452757	Par	05	R$ 164,30	R$ 821,50
02	Botina de segurança na cor preta com cadarço, solado PU bidensidade, sistema antiderrapante e antitorção, colarinho acolchoado, biqueira de plástico e forro interno. Tamanho 39/40.	452757	Par		R$ 164,30	R$ 328,60
03	Botina de segurança na cor preta com velcro, solado PU bidensidade, sistema antiderrapante e antitorção, colarinho acolchoado, biqueira de plástico e forro interno. Tamanho 42/43	452757	Par	04	R$ 164,30	657,20
TOTAL					R$ 1.807,30	

GRUPO 02						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
04	Calça brim pesado na cor preta feita de 100% algodão com proteção UV, elástico na cintura e cordão para regulagem, costura reforçada e no mínimo 1 bolso frontal em cada lateral - Tamanho G.	486219	Unidade	06	R$ 73,00	R$ 438,00

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 02						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
05	Calças de uniforme: cor cinza; confeccionada em brim 100% algodão; gramatura do tecido acima de 300g/m²; costura pespontada com linha reforçada. Tamanho GG ou 48	486219	Unidade	10	R$ 73,00	R$ 730,000
06	Calças de uniforme: cor cinza; confeccionada em brim 100% algodão; gramatura do tecido acima de 300g/m²; costura pespontada com linha reforçada. Tamanho EG ou 52.	486219	Unidade	02	R$ 73,00	R$ 146,00
07	Calça sarja na cor bege, lisa (sem desenhos ou símbolos), feita de 100% algodão e com no mínimo 1 bolso frontal em cada lateral. Tamanho 44.	638059	Unidade	03	R$ 90,00	R$ 270,00
08	Camisetas brancas de uniforme: camiseta masculina básica; 100% em algodão; não transparente; gramatura do tecido entre 160 - 180 g/m²; costura dupla reforçada nas mangas, gola e barra. Tamanho GG	631564	Unidade	12	R$ 43,50	R$ 522,00
09	Camisetas brancas de uniforme: camiseta masculina básica; 100% em algodão; não transparente; gramatura do tecido entre 160 - 180 g/m²; costura dupla reforçada nas mangas, gola e barra. Tamanho EX1 ou G1	631564	Unidade	04	R$ 43,50	R$ 174,00
10	Camiseta de manga curta na cor preta, lisa (sem desenhos ou símbolos), feita de 100% algodão premium. 5 unidades tamanho G1 e 10 unidades tamanho G	639169	Unidade	15	R$ 81,45	R$ 1.221,75
11	Agasalho sarja na cor preta, liso (sem desenhos ou símbolos), feito de 100% algodão, sem capuz, com fechamento frontal por botões ou zíper, forro interno e no mínimo 1 bolso frontal em cada lateral. Tamanho G	641158	Unidade	03	R$ 210,79	R$ 632,37
TOTAL					R$ 4.134,12	

GRUPO 03						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
12	Camisa eletricista manga longa com abertura frontal, fechamento com botões anti-chama e pala protetora, gola calorim esporte com pé de gola, punho com carcela e botão, com ou sem faixa refletiva de 5cm, com bolso frontal, identificação do EPI, RISCO E ATPV bordados. Proteção de risco 2, possui proteção contra fogo repentino e arco elétrico. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - tamanho G1	618366	Unidade	02	R$ 280,00	R$ 560,00
13	Camisa eletricista manga longa com abertura frontal, fechamento com botões anti-chama e pala protetora, gola calorim esporte com pé de gola, punho com carcela e botão, com ou sem faixa refletiva de 5cm, com bolso frontal, identificação do EPI, RISCO E ATPV bordados. Proteção de risco 2, possui proteção contra fogo repentino e arco elétrico. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - - tamanho G	618366	Unidade	05	R$ 280,00	R$ 1.400,00

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 03						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
14	Camisa eletricista manga longa com abertura frontal, fechamento com botões anti-chama e pala protetora, gola calorim esporte com pé de gola, punho com carcela e botão, com ou sem faixa refletiva de 5cm, com bolso frontal, identificação do EPI, RISCO E ATPV bordados. Proteção de risco 2, possui proteção contra fogo repentino e arco elétrico. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - - Tamanho M	618366	Unidade	03	R$ 280,00	R$ 840,00
15	Calça de Segurança Risco 2 Eletricista FR NR 10, confeccionada em tecido composição de 100% Algodão FR (Retardante a Chamas), com gramatura de 290 g/m², ATPV 10 cal/cm²,com faixas refletivas retardante a chamas; costura reforçada com linha retardante a chamas 100% aramida. Proteção das pernas do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino. tamanho M	618368	Unidade	0	R$ 356,33	R$ 1.068,99
16	Calça de Segurança Risco 2 Eletricista FR NR 10, confeccionada em tecido composição de 100% Algodão FR (Retardante a Chamas), com gramatura de 290 g/m², ATPV 10 cal/cm²,com faixas refletivas retardante a chamas - costura reforçada com linha retardante a chamas 100% aramida. Proteção das pernas do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - tamanho G	618368	Unidade	03	R$ 356,33	R$ 1.068,99
TOTAL					R$ 4.937,98	

GRUPO 04						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
17	Capacetes de proteção com jugular e suspensão com catraca; injetado em polietileno de alta densidade; encaixes laterais para acoplamento de protetor facial e/ou abafador de ruído e sistema de regulagem através de catraca; possuir tira absorvente de suor e jugular; atende a norma ABNT NBR 8221:2019; classe E.	630227	Unidade	04	R$ 60,14	R$ 240,56
18	Capacete Tipo I - Concebido para reduzir a força de impacto resultante de um golpe no topo da cabeça; Classe E (elétrico) - Alta tensão, ensaiado a 20 000 V; Regulagem por catraca, com a formatação em carneira e coroa separáveis; Proteção da cabeça do usuário contra impactos de objetos sobre o crânio e contra choques elétricos.	630227	Unidade	12	R$ 60,14	R$ 721,68
19	Capacete Alpinista Classe B, com fita jugular de 3 pontos, sistema de ajuste total por catraca, para uso em trabalhos em altura, resgate, arboricultura e escalada, com Certificado de Aprovação – CA válido.	485461	Unidade	06	R$ 230,00	R$ 1.380,00

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 04						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
20	Cinturão de Segurança tipo Praquedista/abdominal, confeccionado em fita de poliéster multifilamentos de 45 mm e fita secundária de poliéster de 25mm. Possui quatro pontos de conexão, sendo um ponto peitoral por meio de duas alças para engate simultâneo de ancoragem em poliéster, uma meia argola dorsal em aço e duas meias argolas laterais de aço como pontos de conexão para posicionamento na cintura. Possui cinco fivelas duplas em aço, sendo duas para regulagem peitoral, duas para regulagem das coxas e uma para regulagem na cintura. Com almofada na cintura, altura de 110mm e 750mm de comprimento. O cinturão de segurança deve ser utilizado com os seguintes talabartes e trava-quedas -Proteção do usuário contra riscos de quedas nos trabalhos em altura.	312067	Unidade	05	R$ 205,00	R$ 1.025,00
21	Cinturão de Segurança Tipo Paraquedista/Abdominal + Talabarte “Y” Cinturão de segurança tipo Paraquedista/abdominal confeccionado em fita de poliéster, contendo: duas argolas tipo “D” para conexões contra quedas, sendo uma dorsal e uma peitoral - Duas argolas em “D” na região da cintura para posicionamento e descanso do talabarte; uma argola em “D” umbilical para trabalho suspenso e resgate - acolchoamento lombar e nas pernas - fivelas duplas para ajuste - porta-ferramentas laterais; laços nos ombros para espaço confinado - fita primária de 45 mm; argolas e fivelas em aço; acolchoamento em espuma E.V.A.; CA válido **Talabarte:** Talabarte “Y” confeccionado em fita plana de poliéster de 45 mm, contendo: dois conectores classe A com abertura de 55 mm; um conector classe T com abertura de 17 mm; absorvedor de energia.	602436	Par	06	R$ 740,00	R$ 740,00
22	Cinturão de segurança: cinturão do tipo paraquedista; confeccionado em fitas de poliéster de alta resistência com 45 mm de largura; dispõe de 3 pontos de conexão (1 ponto dorsal em argola D, estampada em aço carbono; 2 pontos frontais, para uso com trava-quedas ou talabarte de retenção; e 2 pontos laterais na cintura, destinados ao uso em posicionamento); acolchoado lombar para maior conforto; porta ferramentas; possuir 5 pontos de ajuste (dois nos ombros, um na cintura e dois nas pernas).	212067	Unidade	02	R$ 388,38	R$ 776,76
23	Talabarte de segurança duplo em Y com absorvedor de energia, confeccionado em fita de poliéster tubular de 25 mm com elástico, possui 1 conector classe T em aço com abertura de 20 mm e 2 conectores em aço com abertura de 55 mm. Comprimento de 1, 40 m. Capacidade de carga até o limite de 120 kg Retenção de quedas com absorção de impacto Movimentação e deslocamento do trabalhador em atividades de trabalho em altura.	312070	Unidade	05	R$ 181,05	R$ 905,25
TOTAL					R$ 9.489,25	

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 05						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
24	Luvas anti-corte: resistência mecânica EN388 – desempenho 3542D; nível 5; estrutura em tecido tricotado; composto por fios sintéticos de alta performance; com grip liso – Tamanho M	633799	Par	04	R$ 30,87	R$ 123,48
25	Luva anticorte Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil, com fios de HPPE, fibra de vidro e elastano, -evestimento em poliuretano na palma, dedos e dorso dos dedos; punho tricotado em elástico, acabamento em overloque. Com variações de punho em 0 –Tamanho G	633799	Par	05	R$ 30,87	R$ 154,35
26	Luvas longas de látex: luva confeccionada em látex natural; cor látex natural; tamanho G (nº 9) de 39cm de cumprimento; punho com virola: não permite a entrada de líquidos no interior da luva, palma e dedos antiderrapantes. Tamanho G	366493	Par	08	R$ 14,61	R$ 116,88
27	Luva de látex / segurança confeccionada em borracha natural sem revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Luva tipo a para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato), contra agentes químicos álcoois primários, enxofres contendo compostos orgânicos, aminas, hidrocarbonetos saturados, bases inorgânicas, ácidos minerais inorgânicos, ácidos minerais inorgânicos, oxidantes, ácidos orgânicos, bases orgânicas, peróxidos e aldeídos, contra umidade proveniente de operações com o uso de água e contra agentes biológicos. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes - Tamanho G.	366493	Par	08	R$ 14,61	R$ 166,88
28	Luvas longas de raspa de couro: luva de segurança com punho de 30cm; confeccionada em raspa de couro; possui reforço externo em raspa entre o polegar e o indicador; e reforço interno em raspa, na palma e dedos. Tamanho G.	208768	Par	04	R$ 31,90	R$ 127,60
29	Luva de raspa com reforço punho 7cm Luva de segurança confeccionada em raspa, reforço interno na palma, tira de reforço embutida entre o polegar e indicador, elástico para ajuste no dorso. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes térmicos (calor de contato) - Tamanho G.	280896	Par	06	R$ 14,85	R$ 89,10
30	Luva de segurança tátil confeccionada em fibras sintéticas (poliéster), 13 gauge, revestimento em poliuretano (PU) na palma e dedos. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.	640558	Par	10	R$ 10,79	R$ 107,90
31	Luva de segurança, confeccionada em vaqueta, reforço interno na palma, tira e reforço embutida entre o polegar e indicador, elástico para ajuste no dorso. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes- Tamanho G	640539	Par	06	R$ 24,64	R$ 147,84
32	Luva de segurança tricotada em fibras naturais e fibras sintéticas, 7 gauge, pigmentos em PVC na palma, punho com fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. – Tamanho G	640557	Par	20	R$ 7,45	R$ 149,00
TOTAL					R$ 1.162,25	

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 06						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
33	Macacão de segurança para saneamento, tamanho M - confeccionado em tecido sintético (trevira), plastificado com PVC em ambas as faces, costuras por meio de solda eletrônica, com capuz, botas e luvas integrados, fechamento frontal através de zíper e botões de pressão, acoplado com luva de PVC e botas de PVC forradas. Proteção do tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química	633215	Unidade	03	R$ 252,00	R$ 756,00
34	Macacão de segurança para saneamento tamanho G - confeccionado em tecido sintético (trevira), plastificado com PVC em ambas as faces, costuras por meio de solda eletrônica, com capuz, botas e luvas integrados, fechamento frontal através de zíper e botões de pressão, acoplado com luva de PVC e botas de PVC forradas. Proteção do tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química.	633215	Unidade	03	R$ 252,00	R$ 756,00
TOTAL					R$ 1.512,00	

GRUPO 07						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
35	Máscara de proteção respiratória com válvula - Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante para partículas, Classe PFF-2 (S), formato tipo concha com solda térmica. Confeccionado em três camadas, sendo a 1ª Camada superior (não tecido em fibra sintética de polipropileno); 2ª Camada do meio (manta estruturante de fibra sintética); 3ª Filtro (não tecido de fibra sintética com tratamento eletrostático). Clipe nasal (fios plásticos com estrutura metálica). Elástico (poliéster e elastodieno). Válvula de exalação em polietileno com membrana de borracha. Proteção das vias respiratórias do usuário contra poeiras, névoas e fumos(pff2).	485533	Unidade	200	R$ 5,00	R$ 1.000,00
36	Máscaras PFF2 (equivalente N95/FFP2), classe de proteção com eficiência mínima de 94 % na filtragem de partículas sólidas e líquidas à base água, a partir de 0,3 µm - Sem válvula de exalação, adequado para situações em que se requer retenção de partículas exaladas pelo usuário, como ambientes hospitalares, laboratórios ou áreas de produção de alimentos e medicamentos - Composta por três camadas de material filtrante, incluindo filtro eletrostático em TNT (tecido não tecido), proporcionando barreira efetiva a partículas em suspensão - Formato dobrável em concha, facilitando transporte e armazenamento sem perda da integridade estrutural - Clipe nasal interno ajustável e espuma acolchoada na região do nariz para melhor vedação facial e conforto durante o uso prolongado - Elásticos laterais fixados diretamente ao respirador, garantindo a justabilidade e firmeza no uso.	485532	Unidade	50	R$ 5,95	R$ 297,50
TOTAL					R$ 1.297,50	

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 08						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
37	Protetor auricular tipo plug para proteção auditiva. Certificação: Certificado de Aprovação (CA) nº 28534, emitido pelo órgão competente, conforme legislação vigente de segurança e saúde no trabalho. Silicone de grau farmacêutico, hipoalergênico, macio, flexível e confortável para uso prolongado. Nível de atenuação sonora: Aproximadamente 18 dB (valores de redução de ruído adequados para exposições moderadas conforme norma aplicável) - Formato cônico com múltiplos flanges que proporcionam vedação eficaz e conforto anatômico - Pode possuir cordão que liga os plugs, facilitando manuseio e evitando perdas - Produto reutilizável com fácil higienização, resultando em maior durabilidade e relação custo-benefício adequada - Tamanho Único, com adaptação a diferentes usuários.	618290	Par	520	R$ 4,51	R$ 2.345,20
38	Abafador de ruídos tipo concha - Protetor auditivo de segurança tipo concha, constituído por duas conchas em plástico, revestidas com almofadas de espuma em suas laterais (que entram em contato com a cabeça do usuário) e no interior das conchas. Possui também uma haste de fixação móvel, para manter as conchas firmemente presas ao capacete de segurança. Proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15	618290	Par	06	R$ 24,50	R$ 147,00
TOTAL					R$ 2.492,20	

ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
39	Óculos de proteção/ segurança com lente incolor constituídos de arco confeccionado em poliacetal preto com um pino central e uma fenda em cada extremidade utilizados para encaixe de visor de policarbonato com apoio nasal e proteção lateral injetada na mesma peça com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco, que possui bordas superior e meia-proteção na parte frontal e nas bordas, hastes confeccionadas do mesmo material do arco. Proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes, contra raios ultravioleta (u6), e, no caso da lente cinza, contra luz intensa (l3).	608634	Unidade	21	R$ 23,90	R$ 501,90

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias** contados do **termo de início do fornecimento**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026,** conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000088/2026
II. II. Data de publicação no PNCP: 14/11/2026
III. Id do item no PCA: 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 10213, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031,1032, 1041, 1042, 1045, 1046
IV. Classe/Grupo: 4240 - Equipamento para segurança e salvamento e 8405 - Vestuário externo masculino
V. Identificador da Futura Contratação: 38/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Os equipamentos e materiais devem ser duráveis e de maior vida útil

Amostras

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.3.1. Grupo 01 – itens 01 a 03

4.3.2. Grupo 02 – itens 04 a 11

4.3.3. Grupo 03 – itens 12 a 16

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

4.3.4. Grupo 06 – itens 33 a 34

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço**: Rua Brigadeiro Jordão, 149 – Ipiranga São Paulo/SP – CEP 042100-00** no prazo limite de **10 (dez) dias úteis**, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. **Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:**

4.7.1. **Itens 01 a 16:**

4.7.1.1. **Conformidade técnica: atendimento às especificações do Termo de Referência quanto ao modelo, ao tecido, à composição, às cores, às dimensões e aos demais requisitos aplicáveis a cada peça;**

4.7.1.2. **Qualidade da confecção: regularidade das costuras, dos arremates e dos acabamentos, não sendo admitidos defeitos que comprometam a integridade, a funcionalidade ou a apresentação da peça;**

4.7.1.3. **Acabamento e integridade: ausência de furos, manchas, rasgos, desfiamentos, costuras abertas ou outros defeitos de fabricação que comprometam o uso do uniforme;**

4.7.1.4. **Modelagem e dimensões: compatibilidade com as medidas e tolerâncias estabelecidas no Termo de Referência, considerando o tamanho solicitado para a amostra;**

4.7.1.5. **Aviamentos e componentes: conformidade dos botões, zíperes, elásticos, fechos e demais acessórios com as especificações estabelecidas, incluindo seu funcionamento adequado, quando aplicável;**

4.7.1.6. **Funcionalidade e adequação ao uso: compatibilidade das características construtivas da peça com a finalidade a que se destina, observados os requisitos funcionais expressamente previstos no Termo de Referência.**

4.7.2. **Itens 33 e 34**

4.7.2.1. **Material e Tecido - Uniforme, resistente e compatível com as atividades de saneamento previstas, sem furos, rasgos, manchas ou defeitos de fabricação;**

4.7.2.2. **Costuras e Soldas – Devem ser regulares, firmes e contínuas, sem pontos soltos, falhas ou aberturas;**

4.7.2.3. **Resistência Mecânica – Tecido e costuras resistentes aos esforços usuais de vestir, movimentar-se, agachar-se e executar atividades operacionais;**

4.7.2.4. **Fechamento Frontal – Zíper, botões, velcros ou outro sistema de fechamento funcional devem ser resistentes e não devem abrir espontaneamente durante o uso**

4.7.2.5. **Ajuste ao Corpo – Modelagem que permita movimentos dos braços, pernas tronco e agachamentos sem restrições excessivas ou exposição indevida da pele**

4.7.2.6. **Punhos e Tornozelos – Acabamento firme e adequado à finalidade da peça. Elásticos ou ajustes devem ser a vestimenta posicionada durante o uso**

4.7.2.7. **Proteção Contra Líquido – Para atividades com exposição a água, esgoto ou respingos, o nível de resistência a penetração de líquidos deve ser compatível com o risco identificado.**

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

4.7.2.8. **Acabamento Geral – Ausência de rebarbas, pontas, fios soltos, partes cortantes, falhas de acabamento ou componentes que possam causar desconforto ou acidentes**

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **05(cinco)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais, em meio virtual/físico, em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do termo de início dos **fornecimentos,** em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **02 (dois) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço **Rua Brigadeiro Jordão, 149 – Ipiranga São Paulo/SP – CEP 042100-00**

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.15. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta)** dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;

7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

7.12. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da Portaria GR nº 8249/2023.

7.12.1. São condições para a liberação do pagamento:

a) O recebimento definitivo do objeto;

b) A entrega da documentação fiscal completa;

c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

7.13. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

7.13.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

7.13.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.

7.14. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

7.15. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

7.16. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

7.17. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO.**

Forma de fornecimento

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

8.2. **O fornecimento do objeto será integral**

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.12. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU**) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de **CONSÓRCIO**, caso admitida a sua participação:

8.23.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a. Designação do consórcio e sua composição.

b. Finalidade do consórcio;

c. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

g. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" deste subitem;

8.23.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.23.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.23.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.24. Caso admitida a participação de **COOPERATIVAS**, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.25. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.25.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

8.25.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 27.334,50 (vinte e sete mil trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos),** conforme custos unitários apostos na **tabela acima**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: **Museu Paulista da USP;**

II. Fonte de Recursos: **Tesouro ou Receita;**

III. Programa de Trabalho: **Orçamento 2026;**

IV. Elemento de Despesa: **33903066. 33903063, 33903031, 33903032, 33903031 33903295, 44905234 e 44905234**

V. Plano Interno: **PCA 2026 – 102127 – 38/2026**

São Paulo, 11 de novembro 2026

Paulo Roberto dos Santos

Agente de Contratação/Pregoeiro

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

Museu Paulista da Universidade de São Paulo

Prezados Senhores,

Pelo presente, apresentamos e submetemos à apreciação
Proposta Comercial, observada a descrição do objeto constante do Anexo I:

1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:
NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
SITE:
NOME DO REPRESENTANTE:
EMAIL:
FONE:
PRAZO DE ENTREGA: **30 DIAS CORRIDOS**
VALIDADE DA PROSPOSTA: **90 DIAS**
PRAZO DE PAGAMENTO: **28 DIAS**
GARANTIA: **12 MESES**
DADOS DA CONTA CORRENTE BANCO DO BRASIL

Os valores apresentados incluem, além do lucro, todas e quaisquer despesas que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. A proposta abrange a integralidade do item de interesse da Proponente

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

2 - Proposta

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA/ MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	Botinas de segurança: cor preta - Cabedal confeccionado em couro nobuck, 18/20mm de espessura, com lingueta e colarinho microperfurado em dupla frontura - ilhoses em Metal - Fechamento em amarra, acompanha cadarço em poliéster com ponta resinada. Forração da gáspea em não tecido transpirável com lingueta e colarinho acolchoado, contraforte em material resinado termoativado, e forro suador em não tecido respirável. Palmilha de montagem sintética, não tecido, costurada pelo sistema strobel e sobrepalmilha de conforto em EVA, removível. Solado com estabilizador, sistema antipronação, canais de escoamento mais espaçados, ranhuras de aderência na região frontal e traseira e, constituído de duas camadas de poliuretano (PU), bidensidade, injetado diretamente ao cabedal. Biqueira em polipropileno, com reforço frontal e formato anatômico - Tamanho 40		Par	05	R$	R$
2	Botina de segurança na cor preta com cadarço, solado PU bidensidade, sistema antiderrapante e antitorção, colarinho acolchoado, biqueira de plástico e forro interno. Tamanho 39/40.		Par		R$	R$
03	Botina de segurança na cor preta com velcro, solado PU bidensidade, sistema antiderrapante e antitorção, colarinho acolchoado, biqueira de plástico e forro interno. Tamanho 42/43		Par	04	R$	R$
TOTAL						

GRUPO 02						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA/ MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
04	Calça brim pesado na cor preta feita de 100% algodão com proteção UV, elástico na cintura e cordão para regulagem, costura reforçada e no mínimo 1 bolso frontal em cada lateral - Tamanho G.		Unidade	06	R$	R$
05	Calças de uniforme: cor cinza; confeccionada em brim 100% algodão; gramatura do tecido acima de 300g/m²; costura pespontada com linha reforçada. Tamanho GG ou 48		Unidade	10	R$	R$
06	Calças de uniforme: cor cinza; confeccionada em brim 100% algodão; gramatura do tecido acima de 300g/m²; costura pespontada com linha reforçada. Tamanho EG ou 52.		Unidade	02	R$	R$
07	Calça sarja na cor bege, lisa (sem desenhos ou símbolos), feita de 100% algodão e com no mínimo 1 bolso frontal em cada lateral. Tamanho 44.		Unidade	03	R$	R$
08	Camisetas brancas de uniforme: camiseta masculina básica; 100% em algodão; não transparente; gramatura do tecido entre 160 - 180 g/m²; costura dupla reforçada nas mangas, gola e barra. Tamanho GG		Unidade	12	R$	R$
09	Camisetas brancas de uniforme: camiseta masculina básica; 100% em algodão; não transparente; gramatura do tecido entre 160 - 180 g/m²; costura dupla reforçada nas mangas, gola e barra. Tamanho EX1 ou G1		Unidade	04	R$	R$
10	Camiseta de manga curta na cor preta, lisa (sem desenhos ou símbolos), feita de 100% algodão premium. 5 unidades tamanho G1 e 10 unidades tamanho G		Unidade	15	R$	R$
11	Agasalho sarja na cor preta, liso (sem desenhos ou símbolos), feito de 100% algodão, sem capuz, com fechamento frontal por botões ou zíper, forro interno e no mínimo 1 bolso frontal em cada lateral. Tamanho G		Unidade	03	R$	R$
TOTAL					R$	

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 03						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
12	Camisa eletricista manga longa com abertura frontal, fechamento com botões anti-chama e pala protetora, gola calorim esporte com pé de gola, punho com carcela e botão, com ou sem faixa refletiva de 5cm, com bolso frontal, identificação do EPI, RISCO E ATPV bordados. Proteção de risco 2, possui proteção contra fogo repentino e arco elétrico. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - tamanho G1		Unidade	02	R$	R$
13	Camisa eletricista manga longa com abertura frontal, fechamento com botões anti-chama e pala protetora, gola calorim esporte com pé de gola, punho com carcela e botão, com ou sem faixa refletiva de 5cm, com bolso frontal, identificação do EPI, RISCO E ATPV bordados. Proteção de risco 2, possui proteção contra fogo repentino e arco elétrico. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - - tamanho G		Unidade	05	R$	R$
14	Camisa eletricista manga longa com abertura frontal, fechamento com botões anti-chama e pala protetora, gola calorim esporte com pé de gola, punho com carcela e botão, com ou sem faixa refletiva de 5cm, com bolso frontal, identificação do EPI, RISCO E ATPV bordados. Proteção de risco 2, possui proteção contra fogo repentino e arco elétrico. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - - Tamanho M		Unidade	03	R$	R$
15	Calça de Segurança Risco 2 Eletricista FR NR 10, confeccionada em tecido composição de 100% Algodão FR (Retardante a Chamas), com gramatura de 290 g/m², ATPV 10 cal/cm²,com faixas refletivas retardante a chamas; costura reforçada com linha retardante a chamas 100% aramida. Proteção das pernas do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino. tamanho M		Unidade	03	R$	R$
16	Calça de Segurança Risco 2 Eletricista FR NR 10, confeccionada em tecido composição de 100% Algodão FR (Retardante a Chamas), com gramatura de 290 g/m², ATPV 10 cal/cm²,com faixas refletivas retardante a chamas - costura reforçada com linha retardante a chamas 100% aramida. Proteção das pernas do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino - tamanho G		Unidade	03	R$	R$
TOTAL					R$	

GRUPO 04						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
17	Capacetes de proteção com jugular e suspensão com catraca; injetado em polietileno de alta densidade; encaixes laterais para acoplamento de protetor facial e/ou abafador de ruído e sistema de regulagem através de catraca; possuir tira absorvente de suor e jugular; atende a norma ABNT NBR 8221:2019; classe E.		Unidade	04	R$	R$

GRUPO 04						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
18	Capacete Tipo I - Concebido para reduzir a força de impacto resultante de um golpe no topo da cabeça; Classe E (elétrico) - Alta tensão, ensaiado a 20 000 V; Regulagem por catraca, com a formatação em carneira e coroa separáveis; Proteção da cabeça do usuário contra impactos de objetos sobre o crânio e contra choques elétricos.		Unidade	12	R$	R$
19	Capacete Alpinista Classe B, com fita jugular de 3 pontos, sistema de ajuste total por catraca, para uso em trabalhos em altura, resgate, arboricultura e escalada, com Certificado de Aprovação – CA válido.		Unidade	06	R$	R$
20	Cinturão de Segurança tipo Praquedista/abdominal, confeccionado em fita de poliéster multifilamentos de 45 mm e fita secundária de poliéster de 25mm. Possui quatro pontos de conexão, sendo um ponto peitoral por meio de duas alças para engate simultâneo de ancoragem em poliéster, uma meia argola dorsal em aço e duas meias argolas laterais de aço como pontos de conexão para posicionamento na cintura. Possui cinco fivelas duplas em aço, sendo duas para regulagem peitoral, duas para regulagem das coxas e uma para regulagem na cintura. Com almofada na cintura, altura de 110mm e 750mm de comprimento. O cinturão de segurança deve ser utilizado com os seguintes talabartes e trava-quedas -Proteção do usuário contra riscos de quedas nos trabalhos em altura.		Unidade	05	R$	R$
21	Cinturão de Segurança Tipo Paraquedista/Abdominal + Talabarte "Y" Cinturão de segurança tipo Paraquedista/abdominal confeccionado em fita de poliéster, contendo: duas argolas tipo "D" para conexões contra quedas, sendo uma dorsal e uma peitoral - Duas argolas em "D" na região da cintura para posicionamento e descanso do talabarte; uma argola em "D" umbilical para trabalho suspenso e resgate - acolchoamento lombar e nas pernas - fivelas duplas para ajuste - porta-ferramentas laterais; laços nos ombros para espaço confinado - fita primária de 45 mm; argolas e fivelas em aço; acolchoamento em espuma E.V.A.; CA válido **Talabarte:** Talabarte "Y" confeccionado em fita plana de poliéster de 45 mm, contendo: dois conectores classe A com abertura de 55 mm; um conector classe T com abertura de 17 mm; absorvedor de energia.		Par	06	R$	R$
22	Cinturão de segurança: cinturão do tipo paraquedista; confeccionado em fitas de poliéster de alta resistência com 45 mm de largura; dispõe de 3 pontos de conexão (1 ponto dorsal em argola D, estampada em aço carbono; 2 pontos frontais, para uso com trava-quedas ou talabarte de retenção; e 2 pontos laterais na cintura, destinados ao uso em posicionamento); acolchoado lombar para maior conforto; porta ferramentas; possuir 5 pontos de ajuste (dois nos ombros, um na cintura e dois nas pernas).		Unidade	02	R$	R$
23	Talabarte de segurança duplo em Y com absorvedor de energia, confeccionado em fita de poliéster tubular de 25 mm com elástico, possui 1 conector classe T em aço com abertura de 20 mm e 2 conectores em aço com abertura de 55 mm. Comprimento de 1, 40 m. Capacidade de carga até o limite de 120 kg Retenção de quedas com absorção de impacto Movimentação e deslocamento do trabalhador em atividades de trabalho em altura.		Unidade	05	R$	R$
TOTAL					R$	

GRUPO 05						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA/ MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
24	Luvas anti-corte: resistência mecânica EN388 – desempenho 3542D; nível 5; estrutura em tecido tricotado; composto por fios sintéticos de alta performance; com grip liso – Tamanho M		Par	04	R$	R$

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 05						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA/ MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
25	Luva anticorte Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil, com fios de HPPE, fibra de vidro e elastano, -evestimento em poliuretano na palma, dedos e dorso dos dedos; punho tricotado em elástico, acabamento em overloque. Com variações de punho em 0 –Tamanho G		Par	05	R$	R$
26	Luvas longas de látex: luva confeccionada em látex natural; cor látex natural; tamanho G (nº 9) de 39cm de cumprimento; punho com virola: não permite a entrada de líquidos no interior da luva, palma e dedos antiderrapantes. Tamanho G		Par	08	R$	R$
27	Luva de látex / segurança confeccionada em borracha natural sem revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Luva tipo a para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato), contra agentes químicos álcoois primários, enxofres contendo compostos orgânicos, aminas, hidrocarbonetos saturados, bases inorgânicas, ácidos minerais inorgânicos, ácidos minerais inorgânicos, oxidantes, ácidos orgânicos, bases orgânicas, peróxidos e aldeídos, contra umidade proveniente de operações com o uso de água e contra agentes biológicos. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes - Tamanho G.		Par	08	R$	R$
28	Luvas longas de raspa de couro: luva de segurança com punho de 30cm; confeccionada em raspa de couro; possui reforço externo em raspa entre o polegar e o indicador; e reforço interno em raspa, na palma e dedos. Tamanho G.		Par	04	R$	R$
29	Luva de raspa com reforço punho 7cm Luva de segurança confeccionada em raspa, reforço interno na palma, tira de reforço embutida entre o polegar e indicador, elástico para ajuste no dorso. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes térmicos (calor de contato) - Tamanho G.		Par	06	R$	R$
30	Luva de segurança tátil confeccionada em fibras sintéticas (poliéster), 13 gauge, revestimento em poliuretano (PU) na palma e dedos. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.		Par	10	R$	R$
31	Luva de segurança, confeccionada em vaqueta, reforço interno na palma, tira e reforço embutida entre o polegar e indicador, elástico para ajuste no dorso. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes- Tamanho G		Par	06	R$	R$
32	Luva de segurança tricotada em fibras naturais e fibras sintéticas, 7 gauge, pigmentos em PVC na palma, punho com fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. – Tamanho G		Par	20	R$	R$
TOTAL					R$	

GRUPO 06						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA/ MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
33	Macacão de segurança para saneamento, tamanho M - confeccionado em tecido sintético (trevira), plastificado com PVC em ambas as faces, costuras por meio de solda eletrônica, com capuz, botas e luvas integrados, fechamento frontal através de zíper e botões de pressão, acoplado com luva de PVC e botas de PVC forradas. Proteção do tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química		Unidade	03	R$	R$

GRUPO 06						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA/ MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
34	Macacão de segurança para saneamento tamanho G - confeccionado em tecido sintético (trevira), plastificado com PVC em ambas as faces, costuras por meio de solda eletrônica, com capuz, botas e luvas integrados, fechamento frontal através de zíper e botões de pressão, acoplado com luva de PVC e botas de PVC forradas. Proteção do tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química.		Unidade	03	R$	R$
TOTAL					R$	

GRUPO 07						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA/ MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
35	Máscara de proteção respiratória com válvula - Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante para partículas, Classe PFF-2 (S), formato tipo concha com solda térmica. Confeccionado em três camadas, sendo a 1ª Camada superior (não tecido em fibra sintética de polipropileno); 2ª Camada do meio (manta estruturante de fibra sintética); 3ª Filtro (não tecido de fibra sintética com tratamento eletrostático). Clipe nasal (fios plásticos com estrutura metálica). Elástico (poliéster e elastodieno). Válvula de exalação em polietileno com membrana de borracha. Proteção das vias respiratórias do usuário contra poeiras, névoas e fumos(pff2).		Unidade	200	R$	R$
36	Máscaras PFF2 (equivalente N95/FFP2), classe de proteção com eficiência mínima de 94 % na filtragem de partículas sólidas e líquidas à base água, a partir de 0,3 µm - Sem válvula de exalação, adequado para situações em que se requer retenção de partículas exaladas pelo usuário, como ambientes hospitalares, laboratórios ou áreas de produção de alimentos e medicamentos - Composta por três camadas de material filtrante, incluindo filtro eletrostático em TNT (tecido não tecido), proporcionando barreira efetiva a partículas em suspensão - Formato dobrável em concha, facilitando transporte e armazenamento sem perda da integridade estrutural - Clipe nasal interno ajustável e espuma acolchoada na região do nariz para melhor vedação facial e conforto durante o uso prolongado - Elásticos laterais fixados diretamente ao respirador, garantindo a justabilidade e firmeza no uso.		Unidade	50	R$	R$
TOTAL					R$	

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

GRUPO 08						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA/ MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
37	Protetor auricular tipo plug para proteção auditiva. Certificação: Certificado de Aprovação (CA) nº 28534, emitido pelo órgão competente, conforme legislação vigente de segurança e saúde no trabalho. Silicone de grau farmacêutico, hipoalergênico, macio, flexível e confortável para uso prolongado. Nível de atenuação sonora: Aproximadamente 18 dB (valores de redução de ruído adequados para exposições moderadas conforme norma aplicável) - Formato cônico com múltiplos flanges que proporcionam vedação eficaz e conforto anatômico - Pode possuir cordão que liga os plugs, facilitando manuseio e evitando perdas - Produto reutilizável com fácil higienização, resultando em maior durabilidade e relação custo-benefício adequada - Tamanho Único, com adaptação a diferentes usuários.		Par	520	R$	R$
38	Abafador de ruídos tipo concha - Protetor auditivo de segurança tipo concha, constituído por duas conchas em plástico, revestidas com almofadas de espuma em suas laterais (que entram em contato com a cabeça do usuário) e no interior das conchas. Possui também uma haste de fixação móvel, para manter as conchas firmemente presas ao capacete de segurança. Proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15		Par	06	R$	R$
TOTAL					R$	

ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA/ MODELO CA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE TOTAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
39	Óculos de proteção/ segurança com lente incolorconstituídos de arco confeccionadoem poliacetal preto com um pino central e uma fenda em cada extremidade utilizados para encaixe de visor de policarbonato com apoio nasal e proteção lateral injetada na mesma peça com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco, que possui bordas superior e meia-proteção na parte frontal e nas bordas, hastes confeccionadas do mesmo material do arco. Proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes, contra raios ultravioleta (u6), e, no caso da lente cinza, contra luz intensa (l3).		Unidade	15	R$	R$

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

ANEXO III – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 1Z73-WT38-N8FG-H8TR no seguinte link: https://portalservicos.usp.br/iddigital/1Z73-WT38-N8FG-H8TR

Paulo César Garcez Marins

Nº USP: 1368830

Data: 12/11/2026 09:03 **Perfil assinante::** Autoridade Competente

Paulo Roberto dos Santos

Nº USP: 3646250

Data: 12/11/2026 08:35 **Perfil assinante::** Agente de Contratação/Pregoeiro